

Portaria n.º 652/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ CAV (17639380) Fernando Manuel da Conceição Ramos — passa à situação de reserva, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Fevereiro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1567,33. Conta 33 anos, 9 meses e 7 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

11 de Abril de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Portaria n.º 653/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ MAT (06992884) António Carlos Ribeiro Figueiredo — passa à situação de reserva, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Fevereiro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1222,91. Conta 26 anos, 4 meses e 9 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

11 de Abril de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Portaria n.º 654/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

ISAR QAMAN (05202173) Domingos Gomes Teixeira — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Março de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1478,51. Conta 39 anos, 4 meses e 19 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

11 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 655/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

ISAR QAMAN (06416275) Abel Fernandes de Almeida — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1446,29. Conta 37 anos e 8 meses de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

11 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 656/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SMOR INF (05786574) Jaime Afonso Azevedo Alves — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2187,33. Conta 36 anos, 2 meses e 20 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 657/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SCH PARAQ (09775277) Francisco Alfredo Figueiredo — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Dezembro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1997,38. Conta 39 anos, 10 meses e 7 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 658/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SCH PARAQ (13580675) Alexandre Manuel Figueiredo de Campos — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Novembro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1954,41. Conta 41 anos, 7 meses e 8 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 659/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ INF (02930976) Manuel Gonçalves das Neves — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Março de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1671,82. Conta 36 anos, 3 meses e 17 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 12 561/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Maio de 2005 do chefe da Repartição de Pessoal Civil/DAMP/Exército Português, proferido no uso de competência subdelegada:

Rosalina Maria dos Santos Carreira, na situação de licença sem vencimento de longa duração — autorizado o regresso ao quadro de pessoal civil do Exército (QPCE) na categoria de auxiliar de acção médica. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2005. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

Rectificação n.º 987/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2005, o despacho (extracto) n.º 8117/2005 (2.ª série), respeitante a Isabel Maria Baltazar Simões Carvalho, rectifica-se que onde se lê «com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003, no Instituto Militar dos Pupilos do Exército.» deve ler-se «com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003, no Instituto Militar dos Pupilos do Exército, ficando rescindido o anterior contrato desde essa data.»

19 de Maio de 2005. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 375/2005. — Considerando que:

- 1) Através do despacho conjunto n.º 27/2003, de 27 de Dezembro de 2002, o Prof. Doutor Manuel Brandão Rodrigues, foi nomeado presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC), de acordo com o n.º 11 do despacho conjunto n.º 341/99, de 8 de Abril;
- 2) O titular deste cargo cessou funções, a seu pedido, com efeitos a 31 de Março de 2005;
- 3) Em virtude dessa cessação, urge proceder à sua substituição, de modo que a CPC possa assegurar a continuação da execução e o acompanhamento de todos os contratos firmados em matéria de contrapartidas;
- 4) Desde o início de funcionamento desta Comissão até aos dias de hoje, houve um aumento significativo do volume de contratos de contrapartidas;
- 5) Esse aumento de volume de negócios traduz-se num montante que já ascende a 2100 milhões de euros;
- 6) A Comissão anterior não apresentou o relatório previsto no n.º 2 do despacho conjunto n.º 27/2003, de 27 de Dezembro de 2002:

Assim:

1 — Nos termos do disposto no n.º 11 do despacho conjunto n.º 341/99, de 8 de Abril, é nomeado presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas o licenciado Rui Augusto da Silva Neves.

2 — O nomeado fica encarregue de entregar aos ministros da tutela um relatório, no prazo de 120 dias, que inclua uma proposta de revisão da actual estrutura da CPC por forma a permitir um eficaz e real acompanhamento da execução dos contratos de contrapartidas já celebrados.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Maio de 2005.

2 de Maio de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 12 562/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º, no n.º 3 artigo 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral da Administração da Justiça, assumindo, por urgente conveniência de serviço, funções à data do despacho o licenciado João Manuel Calado de Jesus Cabrita, jurista no Gabinete Jurídico e do Contencioso do Ministério das Finanças, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

Nota biográfica

João Manuel Calado de Jesus Cabrita, solteiro, nascido em Pêra, concelho de Silves, a 27 de Dezembro de 1973.

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa em Setembro de 1996. Pós-graduação em Prática Forense e Assessoria Jurídica de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, em 2003.

Frequência de curso de Contabilidade Pública, em 2001, e Despesas Públicas, em 2004, organizados pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública. Frequência do curso O Novo Contencioso Administrativo, organizado pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, em 2003 e em 2004. Frequência do curso Os Contratos Públicos no Direito Comunitário e no Direito Português, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2004. É ainda titular do curso de formação pedagógica de formadores, desde 2004.

De 1997 a 1999 realizou o estágio de advocacia. É advogado de 1999 a 2005.

Foi consultor na empresa Petrus — Consultores de Comunicação, tendo trabalhado directamente com o Supremo Tribunal de Justiça e com a Ordem dos Advogados, entre 1998 e 2000.

Foi adjunto do Ministro de Estado e do Equipamento Social, de 2000 a 2001.

Entre Abril de 2001 e Maio de 2005 exerceu as funções de jurista, inicialmente na Direcção de Serviços de Pessoal, Acidentes e Indemnizações e depois no Gabinete Jurídico e do Contencioso, ambos da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

23 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 5703/2005 (2.ª série):

Engenheiro Mário Adérito Gonçalves Antunes Roque, perito avaliador do distrito judicial do Porto — alterada a morada para Rua de Domingos Costa Simões, 138, Calendário, 4760-328 Vila Nova de Famalicão.

20 de Maio de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 5704/2005 (2.ª série):

Engenheiro José Emídio Pereira de Sommer Ribeiro, perito avaliador — excluído, por óbito, da lista de peritos avaliadores do distrito judicial de Lisboa.

25 de Maio de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Despacho (extracto) n.º 12 563/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Maio de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação do director-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 3 de Setembro de 2003):

José Manuel da Silva Antunes, escrivão de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa.

Maria Preciosa de Jesus Silva Ferreira, escrivã de direito do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do 1.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 12 564/2005 (2.ª série). — No uso da subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003) e por meu despacho de 23 de Abril de 2005:

José Joaquim Ferreira Piçarra, escrivão-adjunto (escalaço 2, índice 395) do Tribunal da Comarca do Montijo — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escrivão de direito (escalaço 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2004.

12 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 12 565/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Maio de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação do director-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 3 de Setembro de 2003):

Cristina Isabel Batalha Gonçalves, escrivã auxiliar da 5.ª e 6.ª Varas Criminais de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do 1.º ao 6.º Juízos do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa, liquidatário.

Adélia Branco Lino Gonçalves Lima, escrivã auxiliar do 1.º ao 6.º Juízos do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa, liquidatário — autorizada a permuta para idêntico lugar da 5.ª e 6.ª Varas Criminais de Lisboa.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 12 566/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2005 do subdirector-geral, por delegação do director-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 24 de Fevereiro de 2005):

Eugénia Clara Gomes Ferreira da Nóbrega, telefonista do quadro do Tribunal da Comarca da Moita — transferida para o quadro do Tribunal da Comarca de Chaves, continuando a auferir pelo escalaço 1, índice 133. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

19 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 12 567/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação do director-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 3 de Setembro de 2003):

Serafim António Costa Neves Nogueira, escrivão-auxiliar do Tribunal do Trabalho de Gondomar — autorizada a permuta para idêntico lugar da 2.ª Vara Cível do Porto.

José Miguel Lopes Moura de Oliveira, escrivão-auxiliar da 2.ª Vara Cível do Porto — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Trabalho de Gondomar.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 12 568/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça:

Maria Isabel Faria de Carvalho, escrivã-adjunta do Tribunal da Comarca de Vieira do Minho — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia.